

RECUPERAR O ESPÍRITO DAS PIRATAS: REFLEXÕES SOBRE RÁDIOS COMUNITÁRIAS EM PORTUGAL, DO VAZIO LEGAL A UMA PROPOSTA CONCRETA

FÁBIO FONSECA RIBEIRO

fabiofonsecaribeiro@gmail.com

REINVENÇÃO COMUNICATIVA NA RÁDIO EM COMUNIDADE

Apesar de alguns relatos indicarem que a primeira experiência de rádio comunitária surgiu durante uma longa greve de trabalhadores rurais na Bolívia, na década de 40, as referências mais consensuais sobre a origem deste movimento remontam à emergência das rádios livres ou piratas na Europa da década de 70 (Kaplún, 1990). Como fenómeno emergente nesta altura, as rádios piratas assumiram-se como novos espaços de liberdade, uma ‘bricolage radiofónica’ protagonizada por cidadãos revoltados pela concentração do capital simbólico e cultural nos média de grande dimensão (Guattari, 1982). Este carácter inventivo da rádio alargou o “recurso ao microfone aberto” (Bonixé, 2006: 161), iluminando recantos silenciados pelo discurso mediático, com novos atores e novas dinâmicas sociais. Esta ‘rádio participada’ tornou-se popular entre os cidadãos pela necessidade de fuga a comentadores e interesses instalados ou ao sensacionalismo fútil, a partir de “sintonias amigas” (Perona, 2009).

Nesta época, entre as décadas de 60 e 70, as rádios piratas e comunitárias convivem num quadro desregrado de legalidade. Embora a dinâmica comunitária estivesse na origem de ambas, as piratas destacavam-se pela sua vertente de interesse económico moderado, essencial para a gestão quotidiana das suas variadas despesas logísticas e de produção. As rádios comunitárias aproveitaram também o ambiente social e político de intensa contestação

desta altura, no entanto ficaram um pouco longe do protagonismo comumente atribuído às piratas.

Na Europa, a consciência pela legalização de rádios clandestinas começou a ganhar força, devido à multiplicação de experiências neste sentido. O espectro radiofónico teve mesmo de reorganizar-se, dada a confusão de emissoras ao longo da frequência do sinal elétrico. Em Portugal, por exemplo, as rádios foram forçadas a interromper a emissão durante vários meses, nomeadamente entre o final de 1988 e meados de 1989. Com o estatuto legal, vários projetos desapareceram e outros reorganizaram-se de modo a converterem-se em rádios regionais ou locais. No entanto, os esforços regulatórios desprezaram, de um modo geral, o papel das comunitárias, não só pela reduzida ou inexistente expressão destes projetos em vários países, mas também pela ausência de um debate público inclusivo nesta matéria. Acredita-se, porém, que o primeiro país a permitir o funcionamento legal das rádios comunitárias terá sido a Austrália, em 1972¹.

Embora sem qualquer expressão no território nacional, as comunitárias emergem um pouco por todo o mundo como projetos de emancipação comunicativa das comunidades, favorecendo uma programação interativa. Incentivam manifestações culturais e democratizam o poder de comunicar, em emissões FM de raio geográfico reduzido, entre 1 a 5km (Peruzzo, 1998), contribuindo para uma sustentabilidade sociológica (Portela, 2006) essencial para o progresso em áreas como a saúde pública, expressão cultural, justiça ou economia local (WilkinsTufte & Obregon, 2014; Cammaerts, 2009).

A função marcadamente social da rádio comunitária e a sua importância no contexto local valeram-lhe já algum reconhecimento público a nível internacional. A Rádio Favela, no Brasil, foi distinguida

¹ Acedido em <http://www.communityradiotoolkit.net/tag/history-of-community-radio/>

pela ONU como um dos casos de maior impacto neste âmbito, pelo papel na prevenção do tráfico, consumo de drogas e violência nas comunidades onde se insere (Portela, 2006). A Rádio Tajik, no Tadjiquistão, implementa programas de educação rural para agricultores locais em estreita cooperação com a FAO, a Rádio Netherlands emite em oito línguas diferentes, incluindo o Português, através da produção de conteúdos independentes e de um jornalismo que favoreça os aspetos multiculturais (Portela, 2006).

Esta inspiração provou ser decisiva para a emergência definitiva das rádios comunitárias nas décadas de 80 e 90, mas não resolveu divergências quanto a um entendimento legal que regule este tipo de projetos. Os entendimentos regulatórios divergem em vários contextos internacionais. A Europa, por exemplo, reflete isso mesmo: em Portugal e Espanha não existe enquadramento legal, ao contrário da Holanda (desde 1981), Irlanda (1994) ou do Reino Unido, onde a Community Media Association conseguiu sensibilizar a Ofcom (autoridade reguladora dos meios de comunicação do país) para a abertura de um novo período de atribuição de licenças até 2017 (Cammaerts, 2009). No Japão ou na Malásia ainda se aguarda por um diploma legal efetivo, enquanto nos EUA, a National Association of Broadcasters conseguiu abolir recentemente impedimentos burocráticos que colocavam em perigo estes projetos (Evens & Paulussen, 2012).

Como alguns autores sublinham (Cammaerts, 2009; Lewis & Booth, 1998; Fraser & Estrada, 2001), estas disparidades regulatórias relativamente à rádio comunitária decorrem da existência de determinados preconceitos. Aos recursos humanos envolvidos nestes projetos atribuíram-se, por vezes, deficientes conhecimentos de especialização teórica e técnica sobre a forma como se trabalha em rádio e o correspondente domínio das linguagens radiofónicas. Acredita-se também que a implementação deste tipo de projetos requer necessariamente um investimento bastante avultado. Fraser & Estrada (2001) desconstroem esta ideia, referindo que a sociabilidade

evocada na essência das comunitárias também se traduz na organização de um sistema de financiamento partilhado para minimizar impactos de elevados custos.

Um preconceito mais denso encontra-se numa dimensão mais abrangente, que engloba a comunicação enquanto geradora de processos sociais, económicos e culturais. Seguindo Melkote (2001) ou Srampickal (1994), existe um 'dividendo geográfico' que, refém de determinadas representações sociais, sugere que o Hemisfério Norte não necessita da comunicação para potenciar o seu desenvolvimento, ao contrário do Hemisfério Sul, tradicionalmente observado como um espaço subdesenvolvido, em várias vertentes da vida pública, ao contrário das nações do norte.

O domínio exclusivo das estações FM na atribuição das licenças traduz-se naturalmente na pouca influência das rádios comunitárias no *lobbying*. Este poder diminuto também se concretiza na existência de um certo preconceito em relação a estes projetos, pensados como lugares propícios a algum anarquismo, que conduzem a uma descredibilização da rádio como meio de comunicação competente na produção sonora com dimensão substantiva para a vida das populações (Cammaerts, 2009).

SILÊNCIOS DA RÁDIO COMUNITÁRIA EM PORTUGAL E AS MÚLTIPLAS VOZES NO CONTEXTO INTERNACIONAL

A implementação de rádios piratas, em Portugal e no estrangeiro, partiu invariavelmente da dinamização de projetos comunicativos criados por cidadãos independentes. Esta organização, entre a montagem do emissor, as condições logísticas e a definição da programação da rádio, cruza-se com o espírito fundador das rádios comunitárias, um traço identitário que permite uma aproximação ontológica entre piratas e comunitárias.

Do ponto de vista formal não existe regulamentação legal das rádios comunitárias em Portugal. A última atualização da Lei da

Rádio nº 54/2010, de 24 de dezembro continuou omissa em relação às rádios comunitárias, pelo que a classificação das rádios, quanto à área de cobertura geográfica FM, se resume meramente a critérios como internacional, nacional, regional ou local. Segundo dados do Gabinete para os Meios de Comunicação Social (GMCS), em 2007 existiam 347 rádios locais, um número que os investigadores nesta área acreditam ser substancialmente mais reduzido na atualidade (Bonixe, 2010). Esta diluição do ‘localismo’, agravada pela conjuntura económica recente, reflete-se numa tendência mais económica de estratégias de retransmissão e alterações a nível de propriedade (Reis, 2011).

No entanto, é possível assinalar algumas experiências de rádios que recuperam alguma da essência das comunitárias, sem ânimo lucrativo e dinamizadas por comunidades específicas. A primeira surge apenas em setembro de 2011, no Porto, com a Rádio Manobras, a primeira rádio comunitária a emitir em FM e que atualmente transmite apenas no *online*, em horário completo de 24 horas. Em Lisboa, a Rádio Zero também emite apenas na Web, desde 2004, com o objetivo de “intervir na sociedade através de conteúdos de cariz comunitário e da promoção de atividades culturais” (Público, edição de 19-01-2012), uma iniciativa autónoma da Associação dos Estudantes do Instituto Superior Técnico (AEIST), de Lisboa. Em Aveiro, a Rádio Ás desenvolveu, entre 2012 e janeiro de 2014, uma programação inovadora com comunidades de Aveiro, Santa Cruz (Cabo Verde) e São Bernardo do Campo (Brasil), para reforçar a identidade comunitária e valorizar a tradição (Oliveira, 2014). A Stress FM² funciona desde 2011 e assume-se como uma rádio que nasceu de um espírito comunitário. No Fórum de Rádios Independentes (FRI), que decorreu no Porto, entre 12 e 14 de setembro de 2014, os responsáveis apresentaram-se como “uma rádio *online*, mas

² Acedido em <http://stress.fm/>

também temos fotografia, texto, vídeo, para dar um equilíbrio. Andamos a desbravar terreno e a tentar perceber o que é isto da rádio *online*”, fazendo coberturas e emissões em direto a partir de localidades como Fundão, Caldas da Rainha, Montemor-o-Novo, entre outros locais³. A Quase FM⁴, sediada na Faculdade de Ciências Humanas de Lisboa, da Universidade Católica Portuguesa, emite no *online* e permite a participação experimental e voluntária de alunos do curso de comunicação, em torno da produção, animação e informação. A CC FM⁵ também está ligada a um curso de comunicação, no caso da Universidade do Porto. Funciona em *podcast* e é gerida por quatro pessoas, num espírito assumido de paixão pela música. A Engenharia Rádio⁶ está também inserida na Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto e começou por ser gerida de forma interna, por alunos de Engenharia, mas recebe agora voluntários que pretendam também trabalhar na rádio, que nasceu em 2007. No FRI, Miguel Heleno, coordenador da rádio, admitiu que falta ainda “uma natureza informativa, com uma periodicidade definida, bem como uma agenda cultural do Porto”.

Esta reduzida experiência no território nacional contrasta drasticamente com as múltiplas iniciativas de rádio comunitária no contexto internacional, onde decorrem vários casos bem sucedidos em pontos tão geográfica e idiossincraticamente distintos como o Reino Unido, o Brasil, a Austrália, o Chile ou o Nepal. Criada em 1995, a Rádio Khwezi⁷, na África do Sul, é a maior rádio comunitária do país, situada perto de Mapumulo. Através de dois emissores FM, estima-se uma audiência de 140 mil ouvintes diários, a maioria de povoações rurais, subdesenvolvidas ou economicamente debilitadas.

³ Acedido em <http://jpn.up.pt/2014/09/14/forum-de-radio-independente-quando-o-amor-a-camisola-supera-todas-as-dificuldades/>

⁴ Acedido em <https://www.facebook.com/QuaseFM>

⁵ Acedido em <http://cc-fm.tumblr.com/>

⁶ Acedido em <http://www.engenhariaradio.pt/>

⁷ Acedido em <http://www.khwezi.org.za/index.php/about-us.html>.

A atividade desta rádio procura ser abrangente, com formatos exclusivamente dedicados à realidade daquelas populações, a nível social, económico e até espiritual. No Nepal, a partir de 1990, surge a Rádio Sagarmatha, um dos meios de comunicação inspiradores de uma maior participação e envolvimento das mulheres na construção das rotinas de trabalho de aldeias isoladas. A Rádio Ada, no Gana, começou as suas emissões experimentais em 1998, tendo desenvolvido uma ação importante no combate a certas doenças que afetam o território ganês (Nunes, 2004).

No Reino Unido, a legalização da rádio comunitária é ainda hoje vista como uma vitória política da Ofcom, a entidade reguladora naquele país. De acordo com uma publicação no jornal *The Guardian*⁸, existem atualmente mais de 130 rádios comunitárias no Reino Unido e cerca de meia centena aguarda tramitação legal para poder avançar. Os benefícios sociais em comunidades mais restritas geograficamente concretizam-se em casos como as rádios *New Style* (Birmingham), *London's Resonance FM* (Londres), *Garrison FM* (Edimburgo) ou *Cross Rhythms in Stokeon Trent* (Stoke). Segundo dados da Ofcom, a que o artigo do jornal reporta, este tipo de organizações radiofónicas consegue cumprir um plano económico equilibrado, capacitado para lidar com custos operacionais relativamente modestos e com uma média de trabalhadores na ordem dos 74 indivíduos. Neste estudo concluiu-se que cada estação emite, em média, 81 horas de conteúdos originais por mês, a maioria a partir da realidade local. Peter Davis, diretor do regulador para questões da rádio, defendeu⁹ que “as rádios comunitárias se transformaram em autênticas histórias reais de sucesso, através de conteúdos ricos e variados para os ouvintes, acrescentando benefícios adicionais para as comunidades pelo envolvimento e formação”. Davis reconheceu

⁸ Acedido em <http://www.theguardian.com/media/organgrinder/2009/mar/09/community-radio-ofcom-plunkett-blog>

⁹ Acedido em http://www.ofcom.org.uk/media/news/2009/03/nr_20090309a

ainda dificuldades na completa abrangência FM em todo o território britânico, pelo que apela a uma ‘migração digital’ das rádios para alargar o espectro sonoro e a audiência dos meios. O texto do jornal é até mais ambicioso e assegura que “com a rádio de índole comercial no topo das preocupações, qualquer projeto radiofónico de sucesso e que não pertença à BBC merece ser celebrado”.

Na Índia, o movimento pelas rádios comunitárias surge como uma ferramenta indispensável para apoiar a vida quotidiana de uma vasta população. Em dezembro de 2002, o Governo indiano, através do Ministério da Informação e Transmissão, abriu oficialmente um período de atribuição de licenças para rádios comunitárias, ainda que neste período inicial tivessem de apresentar algum enquadramento com instituições educativas. No entanto, a luta pela emancipação das comunitárias surge num período anterior, em 1995, através de uma deliberação considerada histórica pelo Supremo Tribunal Indiano que determinou que o FM constitui um bem público e que deveria ser utilizado em serviço da comunicação, através da promoção da liberdade de expressão, ainda que regulada por um organismo estatal. Posteriormente, em novembro de 1999, procedeu-se a um primeiro inventário das organizações interessadas em adotar um regime legal até meados de 2002, em que foi lançado um manual de criação de rádios comunitárias, com documentação legal e técnica de suporte a estes projetos (Pavarala & Malik, 2007).

Numa publicação do setor de comunicação e informação da Unesco, de 2011, consegue perceber-se a trajetória árdua e recente da implementação da rádio comunitária na Índia. A Radio Bundelkhand, um dos exemplos de sucesso retratados, tornou-se conhecida pelo papel que desempenhou na ativação das mulheres no tecido profissional das comunidades. NammaDhwani, outra das estações, prolongava a discussão sobre os programas mais conhecidos na televisão até à rádio, envolvendo os cidadãos em reflexões sobre o sentido que davam às histórias vistas na televisão ou até mesmo lidas nos jornais.

NOTAS PARA UMA EXPERIMENTAÇÃO DE RÁDIOS COMUNITÁRIAS ONLINE EM PORTUGAL

Em Portugal, numa rede complexa de restrições legais, nomeadamente com as exigências de orientar emissoras para o lucro numa lógica empresarial, a rádio enfrenta reconhecidas dificuldades que ainda hoje se traduzem, de um modo mais visível, na concentração dos meios de comunicação em grandes grupos de comunicação, mudanças de propriedade ou estratégias de retransmissão (Reis, 2011). Este cenário proporcionou um progressivo silenciamento de realidades locais (Bonixe, 2011), de localidades e populações mais afastadas dos grandes contextos urbanos, uma situação que motiva a apresentação da seguinte proposta.

A Unesco publicou recentemente um manual que retrata alguns dos passos obrigatórios para a criação de rádios comunitárias, justificando pela necessidade de catalisar o desenvolvimento de uma governação competente a nível local, reforçando a inclusão dos menos mediatizados no discurso político e democrático: “para além da capacidade excepcional de partilhar informação relevante e adequada no tempo sobre assuntos, oportunidades, experiências, competências do dia-a-dia e interesses públicos” (Fraser & Estrada, 2001: iii). Por outro lado, proporciona um contacto mais estreito, próximo e íntimo entre os ouvintes, permite a publicitação dos problemas privados de comunidades cultural e socialmente isoladas, naquilo que Lewis (2000) descreveu como o potencial de “*status* cultural da rádio”.

As potencialidades sugeridas pela implementação de rádios comunitárias no panorama internacional podem servir de contexto para a proposta que de seguida apresentaremos relativamente à experimentação de um projeto comunicativo neste domínio. Neste sentido, a partir das limitações legais já referidas, uma das únicas possibilidades de aproximação à ideia de rádios comunitárias em Portugal passaria pela dinamização de uma infraestrutura mediática

radiofónica de emissão exclusivamente *online*. Neste sentido, encetamos aqui algumas propostas para a sua criação, tendo como importante inspiração os apontamentos teóricos da Comunicação para o Desenvolvimento, que define o agendamento de uma estratégia comunicativa orientada para resultados. Neste caso, pretender-se-ia criar um espírito suficientemente dinâmico numa comunidade em torno do som, de uma rádio *online*, num projeto exclusivamente alimentado pela energia de cidadãos interessados na emancipação comunicativa de determinados grupos sociais.

Antes de explicitar algumas das opções que podem vir a ser seguidas para a implementação destes projetos de rádio em comunidade, justifiquemos de que forma a Comunicação para o Desenvolvimento pode ser seguida para determinar certas estratégias comunicativas. Uma análise superficial por vários documentos que refletem sobre esta área científica permite-nos perceber que várias instituições com motivações políticas e sociais utilizam algumas destas conceções no quadro das suas atividades. Para a Unicef (2013), a Comunicação para o Desenvolvimento baseia-se numa agenda de direitos humanos que se concretiza no direito à informação, comunicação e participação, através da criação de formas de expressão comunitária que envolvam uma pluralidade de vozes e narrativas. Para a OECD¹⁰, trata-se de colocar em relação os indivíduos através da criação de conteúdos que satisfaçam as necessidades comunicativas dos cidadãos. Ora, a partir do horizonte que aqui sugerimos, recordamos o contributo de Manyozo (2012) no que se refere à dinamização de projetos comunicativos em comunidade, segundo três perspetivas: 1) “mídia para o desenvolvimento”, que se refere à produção de conteúdos indispensáveis para cumprir as necessidades comunicativas das comunidades; 2) “desenvolvimento dos mídia”, relativa à criação de infraestruturas de mídia; 3) “comunicação-participação”, que define

¹⁰ Acedido em <http://www.oecd.org/dev/devcom/toolkitoncommunicationfordevelopmentc4d.htm>

o envolvimento dos cidadãos numa agenda mediática, atribuindo funções específicas aos envolvidos “desde a posse ao controlo do processo de desenvolvimento” (2012:155).

Alguns destes estudos não conseguem disfarçar um certo entusiasmo pela comunicação a partir do universo digital e tecnológico. Não propriamente no nível de uma euforia cibernética, mas numa crença sólida que novos desenvolvimentos sociais podem resultar de uma integração das dinâmicas comunicativas no espaço *online*, entre computadores, dispositivos móveis e aplicações Web, blogs, arquivos multimédia e redes sociais. Neste sentido, para Servaes (2008), não se trata apenas de disponibilizar informação junto da comunidade, mas em criar oportunidades de envolvimento cívico que tenham visibilidade mediática a partir do digital, com reflexos no quotidiano das populações. As tecnologias de informação e comunicação não representam simples ferramentas, acrescentam portanto uma nova dimensão à condição humana (Manyozo, 2012). A integração da tecnologia permite a tentativa da compreensão do humano, das suas crenças e valores, expandindo normas e idiosincrasias sociais e culturais. Propõe soluções e formas de nos posicionarmos perante os problemas (Wilkins, Tufte & Obregon, 2014).

A partir de algumas considerações formuladas neste sentido e da necessidade de contornar o silêncio e a noite social que sugere a concentração dos média em Portugal (Santos, 2005), encetamos agora algumas dimensões que podem orientar futuros projetos comunitários em torno da rádio *online*, com o objetivo de potenciar a dimensão comunicativa de grupos em escolas, freguesias, associações recreativas, desportivas, culturais, entre outros. Deste modo, a seguinte figura retrata genericamente as áreas de atuação desta proposta:

Figura 1 - Áreas de atuação da proposta de implementação de rádios comunitárias *online*

O objetivo principal desta proposta consistirá na criação de rádios autossuficientes e geridas autonomamente pelos cidadãos, levando à antena conteúdos considerados relevantes para a vida pública. No fundo, esta proposta inspira-se num dos três princípios defendidos pela União Europeia no Horizonte 2020, particularmente nos ‘desafios sociais’, que relacionam a implementação de tecnologias e plataformas inovadoras de comunicação com a promoção do bem-estar das populações, num quadro de rentabilidade sociocultural. A complementaridade entre áreas científicas, outra das recomendações deste plano, também se concretiza nesta ideia.

A Figura 1 recorta quatro áreas onde a implementação de rádios comunitárias *online* pode decorrer. Naturalmente que se poderia pensar num esquema dinâmico, de sucessão de acontecimentos e ações, no entanto, a especificidade de cada projeto determina a evolução entre etapas. Ainda assim, parece claro que a formação teórica e técnica/prática apenas poderá decorrer depois da identificação de colaboradores e interessados em participar na iniciativa.

Justamente a partir desse primeiro ponto, o ideal seria reunir em torno da rádio um grupo fixo de colaboradores, de participação

regular no agendamento de atividades e produção de conteúdos, e de outras intervenções pontuais, circunscritas à realidade contextual da comunidade. Por isso, a dimensão humana será fundamental no compromisso e responsabilização dos cidadãos perante o projeto. A rotatividade de vozes apresenta-se como um critério apreciável, no entanto apenas as dinâmicas próprias da comunidade podem responder a um número de intervenientes para o funcionamento exequível da rádio. Depois de reunidos os interessados, será fundamental fazer um breve diagnóstico dos seus conhecimentos técnicos e teóricos sobre o modo de funcionamento dos média em geral e da rádio em particular. A partir desta perceção, poder-se-ia organizar um conjunto de profissionais e/ou académicos que estivessem dispostos a colaborar em sessões breves de formação junto destes interessados. Através das perceções que se retiram sobre o contexto da comunidade, procede-se a uma organização de elementos interessados na programação e gestão desta plataforma, tendo em conta a satisfação que lhes provocará a participação em projetos desta natureza. As parcerias com empresas locais podem ser agendadas, embora a tónica não comercial deva presidir a qualquer estratégia conjunta realizada neste contexto. A nível teórico, vários eixos temáticos poderiam ser trabalhados, desde a definição de rádio comunitária, a função da programação e dos conteúdos mediáticos, a estrutura e gestão de uma rádio. A nível prático, a atenção recairia no trabalho em *softwares* de edição áudio, da captura de som, da criação de *podcasts*, a criação de blogues ou a gestão de redes sociais.

Do ponto de vista prático, podemos eventualmente sugerir um conjunto de ferramentas que poderiam orientar as sessões, através de uma utilização de recursos *freeware* ou de custo reduzido. Neste sentido, existe já um conjunto alargado de ferramentas *online*, justamente em regime de livre acesso e utilização, que podem atuar como retransmissores de uma emissão em direto, envolvendo um microfone, um computador e ficheiros sonoros. Evidenciem algumas,

embora esta demonstração não se esgote às apresentadas: Caster FM¹¹ consiste numa plataforma *online* de armazenamento e transmissão de conteúdos sem limite de carregamento de ficheiros; Fluvius Media¹², um *software* desenvolvido por dois dinamarqueses, foi criado primeiramente como ‘Radio Pro’, um serviço de emissão em direto de rádio. O Fluvius aperfeiçoou as potencialidades do anterior e disponibiliza gratuitamente opções de mistura áudio que facilitam a transmissão em *streaming*; Live365.com¹³ representa uma opção mais interessante para uma rádio baseada em *playlists* de música, dispendo também de uma função *live record* que permite a possibilidade de transmitir sons em direto.

Embora este texto não pretenda explicar detalhadamente as melhores ferramentas para implementar uma rádio *online*, procurámos sinalizar algumas opções gratuitas e que podem ajudar a emancipação destes projetos. Existem também questões técnicas que devem ser devidamente acauteladas. O número elevado de acessos ao *site* utilizado para a emissão da atividade radiofónica pode condicionar seriamente a evolução ininterrupta do sinal. Importa por isso considerar algumas questões neste sentido. Todos os computadores ligados à Internet têm um número de identificação (IP). No caso específico da Web, grande parte destas ligações apresenta um número de IP fixo, determinado pelo sistema DNS (Domain Name Server), e são necessárias, em média, 24 horas, para ocorrer uma mudança de IP em todos os utilizadores. Para evitar bloqueios de acesso à rede onde se inscreve o IP fixo, é comum aconselhar-se a criação de um IP dinâmico, uma sugestão que poderá ser útil a dinamizadores de rádios *online* alojadas em *sites* específicos e com necessidade de permitir o acesso de vários utilizadores. Através do sistema DNS dinâmico, o computador executa uma aplicação que

¹¹ Acedido em www.caster.fm

¹² Acedido em www.fluviusmedia.com

¹³ Acedido em www.live365.com/new/index.live

renova automaticamente o número de IP evitando cortes no acesso e transmissão de dados¹⁴.

Num terceiro grupo, reflete-se sobre a definição de uma política editorial da rádio. Aqui tentar-se-ia definir, genericamente, a identidade própria daquele meio de comunicação: os assuntos e temas que merecem ser trabalhados. A equipa responsável pela rádio também deverá ponderar sobre a forma como se trabalharia no *online*, entre plataformas como *site* e redes sociais e eventualmente sobre a potencial interatividade digital com o público. Acredita-se que a credibilização dos conteúdos e a participação dos cidadãos contribui para a fidelização de audiências (Ribeiro, 2013).

Neste exercício preparativo, julgamos importante também considerar, como sugere a ilustração, as condições logísticas que presidem à implementação das rádios comunitárias *online*. Deste modo, existem questões técnicas e logísticas importantes, como o material técnico a utilizar (microfones, computador, mesa de mistura, acesso à Internet) ou o espaço físico onde decorre a emissão. De acordo com exemplos retirados da criação de outras rádios deste tipo, procederam-se a campanhas de *crowdfunding* ou de parcerias pontuais com empresas ou entidades locais para obter algum financiamento inicial base.

Como já tivemos oportunidade de referir, algumas reflexões já tentaram sistematizar alguns dos aspetos importantes na criação destas rádios. Num documento produzido pelo CLEMI¹⁵, organismo francês que dinamiza atividades e investigação sobre educação para os média, são referidas alguns procedimentos de implementação de uma rádio web. Este guia, intitulado 'Fichas práticas de web rádio', sugere como primeiro passo a 'criação de um *podcast*' e tem como objetivos o treino do tom da leitura de textos radiofónicos, da acentuação de palavras importantes e do respeito pela pontuação.

¹⁴ Acedido em <http://www.labeee.ufsc.br/~luis/labinfo/dhcp.htm>

¹⁵ Acedido em <http://www.education-aux-medias.ac-versailles.fr/fiches-pratiques-Webradio>

Aprende-se também a sonorizar um determinado texto e alguns das noções básicas que envolvem a escrita radiofónica. Num segundo momento segue-se a ‘montagem de uma emissão a partir de um *podcast*’, definindo os participantes intervenientes, compreendendo a dinâmica do discurso radiofónico entre narrativas, *jingles*, músicas, entre outros elementos da sonoesfera. Posteriormente, o momento da ‘criação de uma emissão em direto’, registado num *site* de *streaming* para posteriormente se atribuírem papéis a cada interveniente, destacando a importância do moderador. Num quarto passo, a ‘inserção de um *podcast* numa emissão’, e na quinta o agendamento das condições de transmissão em direto, divulgando o horário de abertura da emissão. Embora curto e meramente descritivo, este documento permite uma observação genérica sobre os passos indispensáveis na organização de uma web rádio.

CONCLUSÃO

As rádios comunitárias são sinónimo de abrangência, participação, envolvimento e pluralismo, uma característica que as identifica com o espírito das piratas, entretanto extintas pelas circunstâncias legais. As comunidades desempenham, por isso, um papel de “grupo social, agregado por interesses, vivências e/ou não de um espaço geográfico comum, que participam de maneira organizada e decidem coletivamente os caminhos a serem trilhados pelo grupo, tendo voz ativa nos diferentes canais de participação necessários à estruturação da emissora” (Nunes, 2004: 61). Recordando Félix Guattari (1982), as rádios comunitárias representam o ressurgimento de novos espaços de liberdade, em oposição à grande concentração do capital simbólico e mediático. Apoiando-se no caso das rádios em comunidades rurais do interior brasileiro, Graziella Bianchi (2003) criou até o conceito curioso de ‘rural mediatizado’, observando detalhadamente de que forma os programas de uma rádio conseguiram introduzir alterações profundas no quotidiano de grupos isolados,

destacando o papel dos comentários dos ouvintes na antena, do humor e do entretenimento.

Tendo em conta a falta de regulação destas rádios em Portugal e perante o aumento da concentração dos média em grandes grupos de comunicação, conduzindo ao desaparecimento de várias rádios locais e regionais (Sousa & Santos, 2009), reduzindo a visibilidade mediática daquelas regiões e diminuindo as possibilidades de expressão dos cidadãos nos média locais (Starkey, 2012), existem hoje possibilidades efetivas para uma emancipação comunicativa a baixo custo, através da comunicação *online* e radiofónica.

Ora, se nas palavras de Armand Balsebre (1994), a rádio persegue uma tripla função comunicativa de difusão, comunicação e expressão, a potencial dinamização destes projetos sugere que a satisfação que poderá decorrer da experimentação dos indivíduos com o universo comunicativo digital e radiofónico também terá de considerar as dificuldades a que este caminho necessariamente obriga. Desde o compromisso dos interessados, às exigências de uma aprendizagem que pode ser igualmente complicada de executar, juntam-se as questões logísticas e técnicas. Em todo o caso, e num quadro totalmente a descoberto em Portugal relativamente a estas matérias, estes projetos radiofónicos podem atuar simultaneamente como corpo e espaço simbólico de afirmação de dinâmicas sociais de proximidade, respondendo e facilitando respostas para problemas de comunidades minoritárias, fragilizadas ou afastadas geograficamente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Balsebre, A. (1994). *El lenguaje radiofónico*. Madrid: Cátedra
- Bonixe, L. (2006). As rádios locais em Portugal: uma análise do discurso jornalístico. *Revista Comunicação e Cultura*, 1, 157-169.
- Bonixe, L. (2010). Legalização, concentração e multimédia: os desafios das rádios locais portuguesas. *Revista Rádio-Leituras*, 1, 187-202.

- Cammaerts, B. (2009). Community radio in the west: A Legacy of Struggle for Survival in a State and Capitalist Controlled Media Environment. *The International Communication Gazette*, 71(8), 635–654.
- Comissão Europeia (2011) Horizon 2020 - The Framework Programme for Research and Innovation. Acedido em http://ec.europa.eu/research/horizon2020/pdf/proposals/communication_from_the_commission_-_horizon_2020_-_the_framework_programme_for_research_and_innovation.pdf
- Evens, T. & Paulussen, S. (2012). Local radio in Europe: Policy options for a sustainable sector. *Media Culture Society*, 34(1), 112–121.
- Fraser e Estrada (2001). *Community radio Handbook*. UNESCO.
- Guattari, F. (1982). Las radios librespopulares. In L. Bassets (Ed.), *De las Ondas Rojas a las Radios Livres* (pp. 231-236). Barcelona: Gustavo Gili.
- Kaplún, M. (1990). *Comunicación entre grupos*. Buenos Aires: Hvmánitas.
- Lazarsfeld, P. (1940). *Radio and the Printed Page: An Introduction to the Study of Radio and its Role in the Communication of Ideas*. Nova Iorque: Duell, Sloan & Pearce.
- Lewin, K. (1946). Action research and minority problems. *Journal of Social Issues*, 2, 34-46.
- Lewis, P. (2000). Radio Theory and Community Radio. In N.W. Jankowski & O. Prehn (eds), *Community Media in the Information Age: Perspectives and Prospects*. Cresskill, NJ: Hampton Press.
- Manyozo, L. (2012). *Media, Communication and Development - Three Approaches*. Nova Deli: Sage Publications.
- Nunes, M. (2004). As Rádios Comunitárias Nas Campanhas Eleitorais: Exercício Da Cidadania Ou Instrumentalização (1998-2000). *Sociologia Política*, 22, 59-76.
- Oliveira, M. (2014). Colónias de som: O papel da rádio na expressão sonora das lusofonias. In M. M. Baptista, *Colonialismos, Pós-Colonialismos e Lusofonias – Atas do IV Congresso Internacional em Estudos Culturais* (pp.50-55). Aveiro: Programa Doutoral em Estudos Culturais (UM e UA).

- Pavarala, V. & Malik, K. (2007). *Other Voices: The Struggle for Community Radio in India*. Londres: SagePublications
- Perona, J. (2009). Información radiofónica y libros de estilo: análisis y propuestas de unos textos que claman renovación. *Estudios sobre el mensaje periodístico*, 15, 367-384.
- Peruzzo, C. (1998). Participação nas Rádios Comunitárias no Brasil. In *BOCC - Biblioteca On-Line de Ciências da Comunicação*. Acedido em <http://www.bocc.ubi.pt/pag/peruzzo-cicilia-radio-comunitaria-br.pdf>
- Portela, P. (2006). *Rádio na Internet em Portugal: a abertura à participação num meio em mudança*. Dissertação de mestrado, Universidade do Minho, Braga, Portugal.
- Reis, A. (2011). *O áudio no jornalismo radiofónico na Internet*. Tese de doutoramento. Universidade do Minho, Braga, Portugal.
- Sousa, H. & Santos, L. A. (2009) Das MediensystemPortugals. In Hasebrink, U. & Schulz, W. (Eds.), *InternationalesHandbuchMedien* (pp. 541-554), Baden-Baden: Nomos.
- Starkey, G. (2012) Live and local no more? Listening communities and globalising trends in the ownership and production of local radio. In M. Oliveira; P. Portela & L. A. Santos (Eds.), *Radio Evolution: ECREA Conference Proceedings* (pp. 167-178). Braga: Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade.
- Unesco (2011) *GroundRealities, Community Radio in India*. Communication and Information Sector UNESCO House: Nova Deli.
- Wilkins, K.; Trufte, T. & Obregon, R. (2014). *The handbook of development communication and social change*. London: Wiley-Blackwell.